



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639192 - SP (2021/0005512-3)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : OVIDIO NUNES FILHO  
**ADVOGADO** : OVÍDIO NUNES FILHO - SP043013  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAFAEL DIEGUES PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL DIEGUES PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2257494-04.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito no dia 26/9/2020, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, aduzindo que a decisão que manteve a prisão preventiva carece de fundamentação idônea, porquanto teria se baseado na gravidade abstrata do delito.

Discorre acerca das condições pessoais do paciente, defendendo tratar-se de hipótese de aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente